

Choque sem Pacto

O Brasil não vai copiar o Plano Austral e ponto final. Até prova em contrário, o governo vai tentar uma solução brasileira para a inflação, genuinamente verde-amarela. A proclamação é do ministro da Fazenda, Dilson Funaro: ainda estamos longe do congelamento sumário do preço, do juro, do câmbio e do salário.

Congelamento e desindexação, nesta altura do calendário, fazem o genero da discussão meramente acadêmica — jura o ministro. O tratamento de choque, vulgo terapia heterodoxa, teria de contar com o sinal verde de 135 milhões de brasileiros — o tal de entendimento nacional, de que nos fala o presidente José Sarney. Pois, em matéria de pacto, ainda estamos no discurso intermitente.

A negociação do pacto, que deve ser retomada pessoalmente pelo presidente da República, em janeiro, vai atravessar o ano inteiro — se a Copa do Mundo não desligar a tomada dos grandes problemas nacionais...

O congelamento geral é menos uma questão de "querer fazer" e mais uma provocação do "saber fazer". O Brasil não dispõe de lastro cultural para a celebração de qualquer pacto nacional: onde estão a catástrofe, a hecatombe, o frio polar, a agressão externa, a guerra total? Não temos treino político para a ação em bloco? Onde estão a grande causa, o grande líder, o grande apelo, o grande choque?

Sim, claro, temos a miséria de 30 milhões de patricios desgarrados, prisioneiros políticos do sistema darwiniano de mercado. Mas os famintos não fazem revolução, os famintos morrem de fome. A sociedade como um todo, em tal regime, não é afetada em seu "instinto de sobrevivência", não toma a descarga de adrenalina que levaria a um pacto social digno do nome.

Não mais, a verificação melancólica: o pacto social é uma ficção política. Ele exige um contrato realista sobre deveres e não, propriamente, sobre direitos. Na economia em pane, o pacto impõe a redivisão dos sacrifícios de poucos, em benefício de todos. O objetivo do pacto é geralmente acanhado: o possível e não o desejável. E para ser cumprido, patrulhado, conferido, o pacto reclama signatários confiáveis, legítima representação da parceria social.

Onde estão os signatários do pacto?

Por decreto, o congelamento na intenção.

Os sindicatos cuidariam de rasgar a camisa-de-força do salário em praça pública, com máquinas paradas, na véspera da eleição. A própria classe política, a da aliança partidária que garante a sustentação parlamentar do governo, trataria de torpedear o congelamento dos salários. A justificativa seria bizarra: o congelamento do salário não teria a compensação do congelamento equivalente do preço, do juro, do câmbio, do imposto, do Déficit, do resto.

Eis a questão: sabemos congelar salários, mas não podemos congelar preços nem juros. Quem fiscalizaria 4,8 milhões de terminais de varejo, em todo o território nacional? E quem desarmaria os custos reais do crédito por fora da raia dos juros tabelados? E a contrapartida do governo, a do enxugamento dos gastos públicos?

O pacote econômico demonstra que o setor público é pegajoso e inarrredável. O pacote esgotou a capacidade política na redução da despesa e ultrapassou o limite econômico na ampliação da receita. As emendas introduzidas pelo Congresso, que representa o povo, pagador da cota, aumentaram a despesa... Vamos para travessia de 1986 com um déficit irremovível de Cr\$ 151 trilhões — se a inflação contentar-se com 160%, juros da dívida pública no teto de 14%.

O déficit é a matriz da inflação. O choque teria de começar pela remoção das causas: o déficit público. Que tal a Nova República desempregando 380 mil funcionários ociosos, privatizando ou desativando 54 empresas estatais no vermelho, fechando ou acomplando 48 conselhos inúteis e 17 institutos desagráveis no cipoal de 20.824 órgãos federais?

Quem não tem o cão do ataque às causas, caça com o gato do cerco aos efeitos.

O congelamento de preços, juros e salários (que não dispensa a maxidesvalorização cambial e a desindexação da inflação inercial) é uma intervenção sobre os efeitos do processo inflacionários. O ministro Dilson Funaro sabe disso e diz que "não é por aí que vamos enjaular a inflação": 1) o governo não vai assumir o choque sem pacto; 2) ainda, questiona a validade do choque; 3) prefere esperar até abril ou maio para a colheita dos primeiros resultados do ajuste econômico, em gestação (pelos canais ortodoxos da política econômica).